

Controlar as grandes empresas, para libertar a democracia

Após meses de estudos, organizações norte-americanas propõem uma estratégia concreta para evitar que as corporações continuem colonizando os governos, e levá-las a agir em sintonia com as comunidades, os direitos sociais e o meio-ambiente

O poder das corporações está por trás de todos os principais problemas que enfrentamos – dos salários estagnados e dos preços muito elevados de acesso à assistência médica de qualidade até o consumismo e o uso predatório dos recursos naturais. Em alguns casos, é a causa do problema; em outros, é um obstáculo para soluções abrangentes. O poder dos grandes capitais transnacionais é tão invasivo que chegamos a vê-lo como incontornável. E é tão onipresente que não conseguimos enxergá-lo. Mas está bloqueando soluções para alguns dos problemas mais urgentes do nosso tempo.

Em quase todos os países, a maioria dos cidadãos percebe, por exemplo, que as mudanças climáticas se constituem em uma enorme ameaça para a vida na Terra — e deseja que algo seja feito a respeito. Por que os governos demoram tanto para agir? Em grande medida porque os lobbies das grandes corporações investem pesado para evitar saídas que signifiquem redução de lucros.

Por que as deslocalizações de empresas reduzem os salários e agravam o desemprego? Entre outros motivos, porque os tratados de comércio, redigidos a portas fechadas e com grande influência das grandes corporações, mudaram as regras da economia mundial, permitindo que a globalização tomasse um rumo favorável a elas — às custas dos trabalhadores, comunidades e do ambiente.

Atacam ambiente, demitem em massa, controlam a mídia

Por que a distribuição de eletricidade, as telecomunicações, o transporte aéreo e outros setores críticos da economia estão desregulados e submetidos a colapsos ou tragédias, cujos custos são pagos pela sociedade? Em grande parte, porque a teoria do "livre mercado", incentivada por contribuições a campanhas eleitorais e lobbies, seduz parlamentares e os convence a confiar na "auto-regulação" da economia.

Se tudo isso acontece, por que nos não lemos mais sobre a capilaridade do poder das grandes corporações? Um dos motivos é que o próprio "Quarto Poder" — a mídia — pertence majoritariamente a um punhado de mega-corporações.

Grandes corporações tornaram-se governos de fato, e a ética que as comanda pretende dominar a sociedade. Maximizar lucros, manter os salários comprimidos e transferir custos para o meio ambiente tornou-se a dinâmica central da economia e, virtualmente, de toda a sociedade. O que se perde é o bem público, a noção de que a vida é mais do que consumo e o entendimento de que o mercado não pode administrar todos os aspectos da ordem social.



Bases para um movimento para o Bem Público

A solução é colocar as corporações sob controle dos cidadãos e a serviço do bem público. Os principais componentes para encarar tal desafio já existem: trabalhadores organizados; ambientalistas; ativistas em favor dos direitos humanos e do consumidor; grupos de juventude; movimentos camponeses; ativistas da saúde; associações comunitárias e, em alguns países, ativistas que compram ações de empresas, para denunciar suas práticas nocivas nas assembléias gerais.

Por muitas vezes organizações não governamentais conseguiu alguma mobilização social no sentido de freiar o consumo de produtos fabricados em condições desumanas, limitam a publicidade do cigarro, desafiam práticas predatórias dos bancos e protegem florestas ameaçadas — para nomear apenas alguns êxitos. Outra tendência atual é a difusão de projetos econômicos de perfil comunitário, como empresas controladas por trabalhadores, cooperativas e assentamentos de agricultores, que, por sua própria natureza, estão muito mais voltados para o bem-estar humano e ambiental que para os lucros.

Todos estes movimentos defendem sociedades saudáveis, uma economia ética e o bem comum. Se agissem juntos, teriam enorme poder coletivo. Mas ainda não há um todo, apenas partes desconexas. Apesar de muitas realizações, a desigualdade de poder entre corporações e forças democráticas tem crescido muito, nas últimas décadas.

Estados: “ineficientes” ou colonizados?

Como indivíduos, podemos deixar nossas identidades de consumidores e investidores num segundo plano, priorizando em seu lugar nossas identidades como cidadãos e membros de comunidades: pessoas com responsabilidade pelo mundo natural e com obrigação moral com os outros. Diante da velha ladainha, segundo a qual, os Estados são ineficientes e esbanjadores, é preciso lembrar que, na grande maioria dos casos, as grandes corporações e o sistema financeiro controlam os governos.

As mudanças de que precisamos não estarão nas agendas dos partidos até que um movimento de cidadãos as exija. Como a redução do poder subterrâneo das corporações poderia ajudar outros movimentos? O fim das doações das empresas às campanhas eleitorais seria extremamente benéfico aos grandes interesses públicos. Com que frequência iniciativas tão diversas como a proteção de florestas, a ampliação da reciclagem de materiais, ou a garantia de melhor atendimento por parte dos planos de saúde têm sido sufocadas pelas grandes corporações, que têm recursos incomparavelmente maiores que os da sociedade civil para influenciar os parlamentos? Além disso, se fosse possível reduzir o enorme exército de lobbyists corporativos que atuam em qualquer Legislativo, e fechar as janelas de promiscuidade entre empresas e agências reguladoras, o sistema financeiro, as empresas de energia, de transporte ou cigarros ainda estariam desreguladas — ou não reguladas? As empresas aéreas ainda poderiam dirigir a política aeroportuária? Um punhado de grandes empresas poderia dominar a mídia?

Imagine que, em vinte anos, nossos esforços sejam bem sucedidos e as sociedades possam governar a si mesmas. Haveria, então, uma barreira clara entre as grandes corporações e o Estado, reduzindo a influência financeira sobre as eleições e as leis, tornando possível o surgimento de uma geração de parlamentares e funcionários públicos qualificados, progressistas e comprometidos com a transformação social.



Um dos grandes desafios do novo século

Imagine mais: que em vinte anos seja possível reorganizar as instituições da economia global, de modo que os direitos dos trabalhadores e os ambientes naturais estejam integrados a políticas de negócios, e as nações empobrecidas estejam livres do pagamento de dívidas externas. As regras de negócios e investimentos promoveriam o comércio justo, e os governos nacionais teriam o espaço político para propor e alcançar metas sociais e ambientais. As corporações transnacionais que promovessem ações destrutivas responderiam a uma Corte Mundial para Crimes Corporativos.

Imagine ainda que, em vinte anos, o auto-governo das comunidades tenha se tornado a nova norma. As empresas não poderiam mais abrir novas filiais onde não fossem desejadas, nem poderiam jogar comunidades umas contra as outras, para obter subsídios públicos ilegítimos. Protegeríamos e

valorizaríamos nossas riquezas comuns, os bens ecológicos comuns como o ar, a água, a pesca e as sementes, e os bens culturais comuns, como a música e a ciência.

Imagine também que, em vinte anos, torne-se violação da responsabilidade, para as as empresas, pagar remunerações obscenas a executivos-chefes, pressionar agressivamente os sindicatos ou promover lobby contra proteções ambientais. Empresas responsáveis protegeriam os ambientes naturais como se houvesse amanhã, e veriam, como seu maior recurso, os conhecimentos dos empregados e a reputação da companhia nas comunidades onde opera. Imagine que tais empresas recebam um tratamento preferencial nas compras do governo, e se beneficiem de tributação e políticas de investimento público favoráveis, enquanto empresas irresponsáveis vejam-se proibidas de firmar contratos com o governo.

Imagine que tenhamos políticas nacionais para fazer da propriedade dos trabalhadores sobre a empresa algo mais frequente. E que projetos empresariais alternativos — como cooperativas e empresas novas, voltadas para o bem das comunidades — cresçam e floresçam.

Imagine, por fim, que sejamos capazes de recuperar nossa economia e sociedade do controle das grandes corporações. Ousar pensar que tais eventos são possíveis — e fazer um mapa do caminho para chegar lá — é um grande desafio de nosso novo século.

Tornar tudo isso realidade exige que a sociedade civil, cada vez mais, se mobilize no sentido de exigir que os governos definam limites para as ações diversas das grandes corporações orientadas por acumulação capitalista em níveis inaceitáveis. No caso, limites que estabeleçam mecanismos mais eficientes de defesa:

- das pequenas e médias empresas, de tal modo a garantir níveis aceitáveis de competitividade nos mercados e uma ampla oferta de postos de trabalho;
- dos trabalhadores em sua luta histórica contra a expropriação dos grandes capitais;
- do uso mais racional dos recursos naturais, em favor da promoção de um desenvolvimento em níveis mais sustentáveis.

Adaptado de “Le Monde Diplomatique”, 15 de outubro de 2007.